

## PARECER JURÍDICO

**PARECER ADMINISTRATIVO: Nº 035/2022/SESEC**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. P178894/2021.**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22 001 -GCMS**

**OBJETO:** Aquisição de camisas, bermudas, blusas de frio, ponchos, jaquetas e calças de nylon para atender as necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, conforme as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

**ENTE LICITANTE: GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL**

## RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, feito acima individualizado, encaminhado pela Central de Licitações do Município de Sobral (CELIC) a esta Coordenadoria Jurídica, para a devida análise de ordem processual e a competente adequação de cunho jurídico, cujo objeto é a **Contratação de empresa para Aquisição de camisas, bermudas, blusas de frio, ponchos, jaquetas e calças de nylon para atender as necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, conforme as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.** Neste sentido, observou-se o seguinte:

O presente processo trata-se de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com a forma de fornecimento **INTEGRAL**.

A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## DA FUNDAMENTAÇÃO

De início, convém destacar que compete à Coordenadoria Jurídica da SESEC prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipótese teratológica.

Nota-se que há nos autos o compromisso de orçamento, que seguirá sob a seguinte dotação orçamentária: 04.02.04.122.0441.2.432.3.3.90.30.00.1.500.0000.00. Fonte de Recurso: Municipal.

A Lei nº 1.634/2017 constituiu a Central de Licitações para instaurar, processar e julgar os certames licitatórios.



Respeitando o princípio da economicidade, nos termos do artigo 17º, e seus incisos, do Decreto nº 2.316/2019, encontramos nos autos a pesquisa de preços correntes no mercado, obtida através de 3 (três) orçamentos de fornecedores distintos: DANUBIA R S SILVA, sob o CNPJ: 11.315.164/0001-24, ANTÔNIO LIMA DE ALENCAR - ME, CNPJ: 12.328.506/0001-03, DR DOS SANTOS NETO - ME, CNPJ: 04.811.720/0001-98.

As peças processuais, até o presente momento carreado aos autos, tais como:

- 1 - Requisição e autorização de abertura do processo feita pela Secretaria da Segurança e Cidadania deste Município;
- 2 – Justificativa técnica;
- 3 – Termo de Referência, contendo os seguintes anexos: Anexo A – Especificação detalhada do objeto; Anexo B - Aplicações personalizadas para a fardagem;
- 4 – Média mercadológica/pesquisa de mercado;
- 5 – Edital, contendo: I - Termo de Referência; II – Carta Proposta; III - Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor; IV – Minuta de Contrato; V - Modelo de Declaração de Autenticidade dos Documentos (Anexar com a documentação de habilitação).

Nesse passo, o Processo em evidência teve o seu trâmite normal.

É o relatório. Passa-se a opinar.

### DO EXAME

#### I - DO CABIMENTO DA MODALIDADE PREGÃO

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem ou um serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002; e (2) a necessidade de contratar aquele que pedir o menor valor pelo bem ou serviço, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, restrita à contratação de bens e serviços comuns<sup>1</sup>, com disciplina e procedimentos próprios, visando acelerar o processo de escolha de futuros contratados da administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/1993.

<sup>1</sup> Lei nº 10.520/2002, Art. 1º, Parágrafo único: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.



Logo, em virtude da descrição objetiva do edital, da descrição do objeto a ser adquirido (Anexo 1 – Termo de Referência), bem como da verificação de um mercado diversificado, infere-se que o objeto da presente licitação pode ser considerado “serviço comum”.

No caso em apreço, o valor total da contratação importa em aproximadamente R\$ 117.090,00 (Cento e dezessete mil e noventa reais).

Como o Pregão é **modalidade de licitação** para a aquisição de bens e fornecimento de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, percebe-se que este certame licitatório é compatível com o objeto da presente licitação.

Vislumbra-se que o presente feito está a manter perfeita sintonia com as exigências legais estabelecidas pela Lei de Licitações, lei N.º 8.666/93, bem como com a Lei específica 10.520/02, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 2.344 de 03 de fevereiro de 2020 que regulamenta o Pregão, *in casu*, **Pregão Eletrônico** que é uma das mais céleres e eficazes modalidades, levando em consideração as peculiaridades legais inerentes. E isto está presente tanto no aspecto do valor do objeto, bem como no que diz respeito às condições que deverão constar expressamente no edital, na conformidade do que preconizam o artigo 40 do mencionado diploma legal. Ademais, por fim, deve-se ressaltar que na minuta do respectivo contrato constante dos autos, estão previstas as cláusulas que, por imperativo legal (cf. Art. 55, da Lei de Licitação), deverão estar expressamente contempladas.

Para regularização da contratação pela modalidade de Pregão Eletrônico foi editado pelo Município de Sobral o Decreto nº 2.344, de 03 de fevereiro de 2020, que estabelece as hipóteses de contratação suscetíveis de serem processadas por esta sistemática.

## II – DO AGUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

Conforme a Lei 8.666/93, a administração pública deve contratar em regra de forma parcelada, sempre que o objeto seja divisível, sem que isso acarrete prejuízo para a administração e ao conjunto a ser licitado. O objetivo é ampliar a competitividade e o melhor aproveitamento dos recursos públicos, minimizando suas perdas.

Assim após a avaliação técnica, caso se conclua que o objeto pode ser dividido e individualizado em partes menores sem que venha a trazer prejuízos à administração, o órgão deve realizar a licitações distintas para cada compra ou conjuntos delas.

No caso em tela, embora não caiba à Assessoria Jurídica analisar os elementos técnicos que motivaram a decisão administrativa, cumpre consignar que a GCMS apresentou a justificativa para agrupar os serviços que compõem o objeto, realizando uma licitação dividida em vários lotes. Portanto, os autos se encontram regularmente instruídos neste



tocante, no que tange aos seus aspectos jurídico-formais, assim temos trecho citado na justificativa:

“A presente Licitação é justificável por Lote visto que a junção de diversos itens em lotes deve aumentar o poder de negociação de compra pela Secretaria da Segurança e Cidadania, como de venda pelo outro lado. O conjunto de itens em questão caracteriza segmentos comerciais similares, surgindo-se grupos que, em seu conjunto, podem oferecer maior flexibilidade ao fornecedor na composição do preço global dos vários itens em lotes; ademais, nos itens em questão, ao se adquirir de fornecedores diferentes poderá ocasionar despadronização, provocando um prejuízo evitável a Administração.

A divisão em lotes segmentados por características semelhantes e comuns ao mercado serve como estratégia competitiva na concorrência de preços, uma vez que permite aos fornecedores especializados em uma linha de produtos, oferecer maiores descontos na composição do preço de um lote. Ainda, lotes formulados de forma correta e eficiente, favorecem o sucesso da licitação, diminuindo o tempo da fase de lances e aumentando a flexibilidade da formação de preços pelas empresas participantes.

As vantagens seriam o maior nível de controle pela Administração na execução da montagem e da qualidade por parte de um mesmo fornecedor, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido, na observância dos prazos, na concentração da responsabilidade pela execução da montagem e entrega em uma só pessoa concentrando a garantia dos resultados. Argumentamos, ademais, que haverá um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada na execução de determinado empreendimento, implicaria em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

Pelo exposto, requer que seja realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, para futuras e eventuais aquisições de camisas, bermudas, blusas de frio, ponchos, jaquetas e calças de nylon para atender as necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, conforme especificações constantes no Termo de Referência.”

..”

### **III – CUMPRIMENTO DAS COTAS DESTINADAS A ME E EPP PELA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

A Lei Complementar 123/2006 e suas alterações tratam dentre outras coisas da obrigatoriedade da administração pública oferecer tratamento diferenciado e simplificado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Assim a Lei trás algumas situações onde a administração pública deverá contratar exclusivamente com ME e EPP e casos em que poderá exigir aos contratados uma cota mínima para subcontratação de ME/EPP por parte dos licitantes, além de trazer as exceções cabíveis, é o que diz art. 47 a 49 da LC 123/2006.

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas



públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)º



Sendo assim, temos que no certame ora analisado existe a necessidade de tornar os lotes 01 (um) e 02 (dois) exclusivos a participação de ME/EPP, visto que, a própria LC 123/2006 trata como sendo uma obrigação do ente público realizar licitação exclusiva para ME/EPP, quando se tratar de contratação cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), previsto no art. 48, inc. I da citada lei.

Ficando assim os lotes 03 (três) para ampla disputa, tudo conforme previsão legal.

#### **IV - DA ANÁLISE DO EDITAL**

Segundo o art. 20, incisos VII do Decreto Municipal nº 2.344, de 03 de fevereiro de 2020, o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato – o que foi atendido.

Ainda sobre o edital, vale destacar que foram atendidas todas as recomendações obrigatórias existentes no art. 40 da lei 8.666/83, o que torna o procedimento válido.

#### **VI - DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO**

A minuta do contrato segue as determinações gerais contidas no edital, todos os procedimentos determinados pela Lei nº 8.666/93 foram observados e todos os requisitos nela prescritos obedecidos. Assim, o ato não apresenta qualquer defeito em seus elementos de validade, razão pela qual, após detida análise, entendemos pela compatibilidade dos textos das minutas já citadas com o instituído no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como com as recomendadas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, especialmente o teor dos artigos 40 e 55.

Ressalva-se da análise deste parecer à pesquisa de preços para o estabelecimento de limites máximos, a qual fica adstrita à decomposição do setor técnico solicitante competente.

Salienta-se que este parecer é meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que o prosseguimento do certame ficará adstrito às determinações das autoridades competentes.



**CONCLUSÃO**

**ISTO POSTO**, por ser de lei, opina esta Coordenadoria Jurídica, favoravelmente, pela correta adequação jurídica inerente ao presente feito, propondo, por conseguinte, o retorno dos autos à Central de Licitações – CELIC para que se providencie as medidas processuais ulteriores cabíveis, com o fim precípua de cumprir o seu objeto.

É o Parecer.

Sobral / CE, 02 de fevereiro de 2022.



**FLÁVIO ANTÔNIO PEDROSA XIMENES**

**COORDENADORIA JURÍDICA SESEC**

**OAB/CE Nº 30.866**